

NOTA INFORMATIVA

[PSD/Açores destaca redução acentuada dos prazos de pagamento do Governo a fornecedores](#)

O presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, João Bruto da Costa, destacou hoje que os prazos de pagamento do Governo Regional a fornecedores tiveram uma redução acentuada “de 39 dias face à governação socialista”.

O líder da bancada social-democrata interveio durante o debate desta manhã, na Assembleia Legislativa Regional, cujos trabalhos decorrem até sexta-feira, na Horta.

“O Partido Socialista esquece que atualmente este Governo dos Açores paga aos fornecedores 39 dias mais cedo que o governo do PS pagava em 2020”, apontou.

João Bruto da Costa sublinhou ainda que a perceção “do atraso dos pagamentos a que o PS tenta vincar nos seus discursos, não se deve propriamente a essa situação, mas ao facto de se ouvirem mais queixas, porque hoje a pessoas têm liberdade para reclamar”.

“Empresários, dirigentes de clubes, dirigentes associativos, toda a gente sabia que quem reclamasse na altura dos governos socialistas ia para o fim da fila. Quem reclamasse não recebia, quem reclamasse recebia mais tarde”, recordou.

Mais acrescenta que “são muitos mais os pagamentos feitos do que aqueles em atrasos”,

vincou.

O parlamentar social-democrata evidenciou a “mudança de paradigma que se verifica com o Governo de José Manuel Bolieiro, o qual o PS teima em não compreender, uma vez que o paradigma socialista era o de manter ‘tudo sossegadinho’”.

E assim, advogou o líder da bancada social-democrata, o PS manteve “os professores com vínculos necessários, as carreiras por resolver, o cheque ‘pequenino’, bem ‘pequenino’, para as pessoas continuarem bem necessitadas de uma ajuda do Governo”.

Certo é que, prosseguiu o deputado, “o que havia no vosso tempo [socialista], por exemplo, era o maior índice indicador da situação de pobreza de uma Região”.

Desde que o PS deixou o poder, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção baixou de 14.500 em 2020 para 5.800, indicou, “sendo o número mais baixo desde que este foi instituído”.

Da parte do PS, salvaguardou João Bruto da Costa, “houve, isso sim, incumprimento com os professores, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, médicos, função pública, com toda a gente”.

O deputado do PSD/Açores, Paulo Simões, recordou, por seu turno, “o resgate financeiro que a Região teve que fazer em 2012 e que levou à assinatura do célebre memorando, um resgate de cerca de 185 milhões de euros”.

Trata-se de um valor que serviu para “financiamento direto de 135 milhões à Região - que não tinha dinheiro para fazer face às suas incumbências financeiras - e mais de 50 milhões de euros para a cessação de contratos com instituições financeiras”, lembrou.

Paulo Simões relembrou igualmente que, em 2017, altura em que o deputado socialista Berto Messias, na altura a exercer funções governativas, aplicou um corte de 50% à difusão para os meios de comunicação social.

“A situação foi tão grave, tão grave, que levou a um pedido de reunião urgente de vários jornais dos Açores e à entrega de uma carta subscrita pela maioria dos jornais desta Região, a dizer que haveria risco de despedimentos e de os jornais fecharem porta”.

“A verdade é esta e é sempre bom que a história seja lembrada nesta casa”, concluiu.

Horta, 10 de setembro de 2025

PSD/Açores | Gabinete de Imprensa